

Frente golpista com Bolsonaro tinha caminhos diversos e descoordenados

Ruptura pós-eleição, segundo investigação, incluía plano com elaboração de uma minuta de decreto

Fábio Victor

SÃO PAULO O golpe de Estado pretendido por Jair Bolsonaro (PL), seus auxiliares e militares da ativa e da reserva descrito na investigação conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal não era uma ação única e coordenada, mas algumas tentativas sem conexão aparente. Embora a reunião de 5 de julho de 2022 — uma primeira também assombrosa reunião ministerial de abril de 2022 — tenha sido um ensaio com diretrizes para uma ruptura institucional, os indícios ou provas para tentar operacionalizar um golpe surgem somente em novembro.

Conversas entre o tenente-coronel Mauro Cid e o major Rafael Martins de Oliveira, preso na operação da última quinta-feira (8), revelam articulações em Brasília contra o resultado eleitoral. Segundo a PF, Cid “confirma que os alvos seriam o Congresso e o Supremo Tribunal Federal e sinaliza que as tropas garantiriam a segurança dos manifestantes”. Na decisão do ministro Alexandre de Moraes, não fica clara a data dessas manifestações nem há provas adicionais a corroborar as ameaças de Cid.

Em 12 de novembro, ocorre uma reunião em Brasília com a presença de Cid, Oliveira e militares das Forças Especiais do Exército para, conforme a investigação, “tratar de assuntos relacionados à estratégia golpista”. Dois dias depois, o major Rafael Oliveira pede dinheiro a Cid para custear a viagem de manifestantes do Rio de Janeiro. Cid repassa R\$ 10 mil.

Outro oficial da ativa, o capitão quem foi decretada a prisão preventiva por envolvimento nas articulações golpistas é o coronel Hernando Romão Corrêa Neto, cujos diálogos com Cid são os elementos mais contundentes de



Então presidente, Bolsonaro acompanha treinamento de militares da Marinha em Formosa (GO)

preparação de uma ruptura e de tentativa de persuadir militares a aderir. O coronel está nos Estados Unidos e deve ser escoltado para o Brasil.

A época lotado no Comando Militar do Sul, Corrêa Neto enviava a Cid uma minuta intitulada “Carta ao comandante do Exército de oficiais superiores da ativa do Exército brasileiro”, e no encabeçamento da PF, “documento provavelmente discutido” na reunião e “utilizado como instrumento de pressão ao então comandante do Exército, general Freire Gomes”.

Até ali, estavam em ação os núcleos de “desinformação e ataques ao sistema eleitoral”

e “responsável por incitar militares a aderirem ao golpe de Estado” (as denominações são dos investigadores). Então entra em cena o “núcleo jurídico”, cujas peças centrais são Filipe Martins, que foi assessor especial de Bolsonaro, e o advogado Amari Feres Saad.

São eles que, segundo a PF, apresentam a Bolsonaro uma minuta de decreto “delineando supostas interferências do Poder Judiciário no Poder Executivo” (que) ao final decretava a prisão de diversas autoridades, como Moraes, Gilmar Mendes e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e “determina a realização de novas eleições”.

Bolsonaro teria solicitado alterações no texto do decreto, mantendo a prisão de Moraes e as novas eleições.

No parecer em que se ma-

nifesta favoravelmente à prisão preventiva de Martins, a Procuradoria-Geral da República afirma que Bolsonaro “teria concordado com os termos ajustados e convocação dos generais e comandantes das Forças Armadas” — almirante Almir Garnier, general Freire Gomes e brigadeiro Raptista Júnior — para uma reunião no Palácio da Alvorada no mesmo dia 7 de dezembro “a fim de apresentá-lhes a minuta e pressioná-los a aderir ao golpe”.

O general Estevam Theophilo, que na época comandava o Coter (Comando de Operações de Defesa) — e o militar de quatro estrelas mais implicado na operação da PF, Theophilo, que passou à reserva em 1º de dezembro passado,

foi alvo de busca e apreensão. Em sua decisão, Moraes reproduz relatório da PF segundo o qual Theophilo, após uma reunião com Bolsonaro em 6 de dezembro, “teria consentido com a adesão ao golpe de Estado desde o que presidente assinasse a medida”.

Mas, pelo menos no material até aqui conhecido, não há elementos que sustentem tal assertiva — baseada num diálogo entre Mauro Cid e Bernardo Corrêa Neto. Em outro diálogo, Cid sinaliza para Freire Gomes que Bolsonaro “estava redigindo e ajustando o decreto e já buscando o respaldo” de Theophilo.

Segundo a investigação, a prisão de Moraes caberia ao 1º Batalhão de Ações de Comandos, unidade para a qual Cid foi nomeado para chefe, decisão depois revertida.

A decisão do ministro não traz provas disso.

A participação de um coronel assistente de Theophilo no Coter, Cleverton Ney Magalhães, numa das reuniões de articulação do golpe é apontada como um desses elementos indiciários. Há, nesse trecho do relatório, um erro factual: a PF diz que a adesão do Coter seria fundamental ao golpe, por tratar-se da “unidade militar que tem, sob sua administração, o maior contingente de tropas do Exército”.

Na verdade, o Coter não comanda tropas, nem tem poder para acioná-las, mas sim exerce o controle operacional.

Há só um diálogo de Theophilo registrado no material.

Há só um diálogo de Theophilo registrado no material. Em 2 de janeiro de 2023, Cid lhe encaminha uma notícia de que poderia ser preso, ao que o general responde: “Fique tranquilo Cid. Vou conversar com o Arruda hoje. Nada lhe acontecerá”. Cid foi preso.

Os outros oficiais gerais de quatro estrelas alvos de busca e apreensão na operação foram o almirante Garnier (ex-comandante da Marinha) e os generais Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e da Defesa) e Paulo Sérgio Nogueira (ex-comandante do Exército e ex-ministro da Defesa).

Como já era conhecido, Garnier, segundo Cid, teria colocado tropas à disposição de Bolsonaro em caso de golpe. Heleno declarou, na reunião de 5 de julho de 2022, que conversou com o diretor-adjunto da Abin “para infiltrar agentes nas campanhas eleitorais” e “incentivar um golpe antes das eleições”.

Em mensagens reproduzidas na decisão de Moraes, Braga Netto xinga Freire Gomes de “cagão” por estar resistindo em aderir ao golpe.

Segundo a PF, Paulo Sérgio “admitte que a atuação das Forças Armadas para garantir transparência, segurança, condições de auditoria” nas eleições tinha a finalidade de reeleger Bolsonaro.

Os generais que foram alvo da PF não têm se manifestado sobre as acusações de golpismo. Bolsonaro voltou a afirmar que sofre “uma perseguição implacável”, sem entrar em detalhes das supostas levantações. A defesa de Filipe Martins tem dito que a prisão dele é ilegal e “desprovida dos requisitos básicos”.

Defesa de Cid sugere erro da investigação e diz que vídeo de reunião em nada muda delação

Constança Rezende

BRASÍLIA O advogado do tenente-coronel Mauro Cid, Cezar Roberto Bittencourt, avaliou como ótimo o vídeo divulgado na sexta-feira (9), em que Jair Bolsonaro (PL) aparece em uma reunião ministerial discutindo com seus auxiliares cenários golpistas.

Bittencourt disse à Folha que o conteúdo da gravação servia para mostrar uma postura “arbitrária, prepotente e de determinação” do ex-presidente. “Ninguém fala e ele tenta do armar, deu para ver”, afirmou. “Eu adorei ouvir aquela audiência, a balbúrdia, a prepotência”, acrescentou.

Apesar disso, ele disse que a divulgação não muda em nada o acordo de delação premiada firmado pelo ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

O advogado também afirmou não fazer “menor ideia” se o militar será chamado novamente para depor por conta das revelações do vídeo, mas disse que Cid está à disposição. “Estamos mandando de braco, estamos felizes. Cid está se sentindo bem e tranquilo”.

Questionado sobre os motivos que levaram Cid a não mencionar o vídeo antes, a defesa afirmou que isso não faz diferença. O material foi encontrado pela Polícia Federal no computador dele.



O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), durante depoimento à CPI do 8 de Janeiro, no Senado Federal

“Tem um monte de prova, de elementos. Ele não lembra. Não faz a menor diferença”, disse.

“Não sei quem gravou o vídeo, imagino que seja uma gravação oficial. Não estou preocupado com quem gravou, mas com o conteúdo do vídeo, e sim o conteúdo do vídeo”, afirmou o advogado.

Além disso, Bittencourt disse

que são “coisas” da mídia as especulações de que investigadores do caso não teriam gostado de Cid ter omitido a reunião em sua delação. “Quando eu sou réu, sou investigado”, afirmou.

Ele também afirmou que se alguém errou, foram os investigadores que não pergun-

taram sobre o vídeo da reunião com os ministros em 2022. O advogado disse ainda não ter preocupação sobre o diálogo achado entre Cid e Rafael Martins de Oliveira, major das Forças Especiais do Exército, sobre o pagamento de R\$ 100 mil para custear a ida de manifestantes a Brasília. “Se verificar o contexto em que ele falou, não temos nenhuma preocupação”, afirmou.

Moraes concede liberdade provisória a Valdemar Costa Neto

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu neste sábado (10) liberdade provisória ao presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, preso durante a operação de delação premiada pela Polícia Federal na quinta (8).

Valdemar havia sido preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo. A arma foi localizada pela PF durante a busca e apreensão contra ele em Brasília, ocasião em que também foi encontrada uma carta de ordem de prisão emitida por Moraes.

Moraes levou em conta argumentos da PGR (Procuradoria-Geral da República) pela liberdade provisória do investigado. O magistrado considerou ainda o fato de que o político tem 74 anos e afirmou que o caso não envolveu violência ou grave ameaça.

“O custodiado já se encontra submetido a medidas cautelares, adequadas e suficientes, que o impedem de interferir na atividade investigativa”, afirmou a PGR.

O ministro escreveu que, apesar de continuarem presentes os requisitos legais para a prisão preventiva, algumas circunstâncias especiais justificam a liberdade provisória. Ele afirmou que o investigado é idoso, tendo 74 anos, e não tem cometido crimes com violência ou

grave ameaça”.

A PF afirma que o político participou da suposta trama para aplicar um golpe de Estado no país e manter Jair Bolsonaro (PL) no poder.

Para os investigadores, o PL foi instrumentalizado para apoiar e financiar a campanha de descredibilização do sistema eleitoral, municipalizando o discurso golpista.

Valdemar passou por audiência de custódia na sexta-feira (9) e foi mantido encarcerado. No mesmo dia, Moraes converteu a prisão dele em preventiva e deu prazo de 24 horas para a PGR se manifestar sobre um pedido de liberdade provisória apresentado pela defesa.

Em nota divulgada na quinta, o advogado de Valdemar, Marcelo Bessa, disse que não houve falta relevante para a prisão, que “a pedra apreendida tem baixo valor e não configura delito” e que a arma é registrada e pertence a um parente próximo, tendo sido esquecida “há vários anos” na casa do filho deiteiro partidário.

O presidente do PL já havia passado uma temporada na cadeia anteriormente. Ele foi preso em 2017 após a condenação a sete anos e dois meses no caso do mensalão. Em 2016, o STF perdou sua pena após cumprimento de um quarto do período de detenção.